

Mapa de Áreas

Projeto de Expropriações

Linha do Minho

Construção de Passagens Desniveladas

Supressão da Passagem de Nível ao km 45,771 com a Construção da PIR ao km 45,714

DISTRITO: BRAGA
 CONCELHO: BARCELOS
 FREGUESIA: UNÃO DAS FREGUESIAS DE GAMIL E MIDÕES

página 1

DATA: 26/10/2015

NUMERO PARCELA	PROPRIETÁRIOS	IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO		ÁREA A EXPROPRIAR (m²)	ÁREA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA (m²)	CONFRONTAÇÕES	N.º DESENHO
		FINANÇAS	REGISTO PREDIAL				
1	Maria do Céu Miranda Gomes Fernandes e marido Jorge Humberto Sousa Silva Rua do Fontelo, 153 4755-320 MIDÕES BCL telm. 962576463	Rústico 150	133/ 19910906	1339	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	Próprio Próprio Próprio Estrada Municipal	10002873678-02
1.1	Maria do Céu Miranda Gomes Fernandes e marido Jorge Humberto Sousa Silva Rua do Fontelo, 153 4755-320 MIDÕES BCL telm. 962576463	Rústico 150	133/ 19910906	77	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	Estrada Municipal Próprio Próprio e Caminho Estrada Municipal	10002873678-02
2	Maria do Céu Miranda Gomes Fernandes e marido Jorge Humberto Sousa Silva Rua do Fontelo, 153 4755-320 MIDÕES BCL telm. 962576463	Rústico 148	571/ 20150903	258	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	Próprio Próprio Domínio Público Ferroviário Próprio	10002873678-02
2.1	Maria do Céu Miranda Gomes Fernandes e marido Jorge Humberto Sousa Silva Rua do Fontelo, 153 4755-320 MIDÕES BCL telm. 962576463	Rústico 148	571/ 20150903	60	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	Estrada Municipal Próprio Domínio Público Ferroviário Próprio	10002873678-02
3	Rui Manuel Miranda Gomes Fernandes e mulher Ana Paula Cardoso Martins Rua do Souto, 37 4755-475 RIO COVO (SANTA EUGÉNIA) telm. 965526355	Rústico 136	578/ 20150903	2726	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	António Oliveira Faria Próprio e Domínio Público Ferroviário Próprio e Rio Próprio, Domínio Público Ferroviário e Estrada Municipal	10002873678-02
4	António Oliveira Faria e mulher Maria Madalena Martins Ferreira Rua da Igreja, 20, Rio Covo, Sta. Eulália 4755-490 RIO COVO (SANTA EULÁLIA) Tel.963021716	Rústico 1	278/ 20030401	127	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	Estrada Nacional Manuel Gomes Fernandes António Oliveira Faria Estrada Municipal	10002873678-02
4T	António Oliveira Faria e mulher Maria Madalena Martins Ferreira Rua da Igreja, 20, Rio Covo, Sta. Eulália 4755-490 RIO COVO (SANTA EULÁLIA) Tel.963021716	Rústico 1	278/ 20030401	40	NORTE: SUL: NASCENTE: POENTE:	Estrada Nacional Manuel Gomes Fernandes Próprio Próprio e Estrada Municipal	10002873678-02

209333341

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

Aviso n.º 1896/2016

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por meu despacho e na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 4994/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com o técnico superior Fernando Alexandre Reis da Conceição Rosa com efeitos a 1 de dezembro de 2015, ficando colocado entre a 2.ª e 3.ª posições remuneratórias da carreira geral de técnico superior, entre os níveis 15 e 19 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a mesma posição remuneratória que detinha no serviço de origem.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 3 do artigo 370.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Diretivo,
António Costa Dieb.

209332726

Aviso n.º 1897/2016

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por meu despacho e na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 4992/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de

7 de maio, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a técnica superior Marta Teodoro Luís, com efeitos a 15 de dezembro de 2015, ficando colocada entre a 3.ª e 4.ª posições remuneratórias da carreira geral de técnico superior, entre os níveis 19 e 23 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a mesma posição remuneratória que detinha no serviço de origem.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 3 do artigo 370.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Diretivo, *António Costa Dieb*.

209332856

Aviso n.º 1898/2016

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por meu despacho e na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 4419/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 24 de abril, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a técnica superior Isaura Maria Veloso Valido, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, ficando colocada na 2.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, nível 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 3 do artigo 370.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Diretivo, *António Costa Dieb*.

209332783

Aviso n.º 1899/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, obtida a prévia anuência da Secretária-geral do Ministério da Economia, se procedeu à consolidação da mobilidade interna na categoria no mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. do técnico superior Daniel Vasco Fernandes da Silva Barbosa, com efeitos a 1 de novembro de 2015.

O trabalhador mantém a mesma posição remuneratória que detinha na situação jurídico-funcional de origem nos termos previstos no n.º 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Diretivo, *António Costa Dieb*.

209332686

Aviso n.º 1900/2016

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, por meu despacho de 13 de novembro de 2015, a lista unitária de ordenação final dos candidatos relativa ao procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 4993/2015, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio, tendente ao preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior.

A lista unitária de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. e na respetiva página eletrónica no endereço www.adcoesao.pt.

Da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso tutelar para o membro do Governo competente, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da mencionada Portaria.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

209333139

Aviso n.º 1901/2016

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por meu despacho e na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 4419/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 24 de abril, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a técnica superior Teresa Isabel Quinteiro Ferro, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, ficando colocada na 2.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, nível 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 3 do artigo 370.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

209332945

Aviso n.º 1902/2016

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, por meu despacho de 13 de novembro de 2015, a lista unitária de ordenação final dos candidatos relativa ao procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 4994/2015, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio, tendente ao preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior.

A lista unitária de ordenação final pode ser consultada em local visível e público das instalações da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., e na respetiva página eletrónica no endereço www.adcoesao.pt

Da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso tutelar para o membro do Governo competente, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da mencionada Portaria.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

209333163

Aviso n.º 1903/2016

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por meu despacho e na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira técnico superior na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 4993/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a técnica superior Ana Sofia Delgado Silva Marques, com efeitos a 15 de dezembro de 2015, ficando colocada entre a 4.ª e 5.ª posições remuneratórias da carreira geral de técnico superior, entre os níveis 23 e 27 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a mesma posição remuneratória que detinha no serviço de origem.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 3 do artigo 370.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

25 de janeiro de 2016. — O Presidente do Conselho de Diretivo, *António Costa Dieb*.

209332897

Aviso n.º 1904/2016

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de